

MATRIZ DE RISCO / Casa de Apoio – Fortaleza

Matriz de Riscos elaborada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, atendendo às exigências de controle interno, órgãos de fiscalização e Tribunal de Contas, integrando o Documento de Formalização da Demanda – DFD.25.09.02.845-39, referente à prestação de serviços de hospedagem, refeição, transporte e encaminhamentos de pessoas carentes deste município, para atendimento nos hospitais da capital (Fortaleza), junto a secretaria municipal de saúde de Icó - Ceará.

A avaliação dos riscos considerou a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial sobre a continuidade dos serviços públicos de saúde, referente à economicidade, à legalidade e à segurança dos pacientes. Os níveis de risco foram classificados como Baixo, Médio ou Alto.

Nº	Risco Identificado	Prob.	Impacto	Nível	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
1	Interrupção do serviço de hospedagem	Média	Alto	Alto	Cláusula contratual com sanções e multas definidas	Contratação emergencial
2	Alimentação inadequada aos pacientes	Média	Alto	Alto	Fiscalização sanitária	Substituição imediata do fornecedor
3	Falha no transporte para hospitais	Alta	Alto	Alto	Manutenção preventiva dos veículos	Locação emergencial
4	Atraso nos encaminhamentos médicos	Média	Alto	Alto	Controle de agenda	Reagendamento prioritário
5	Superlotação da casa de apoio	Média	Alto	Alto	Controle de vagas	Hospedagem alternativa
6	Falta de recursos orçamentários	Baixa	Alto	Médio	Planejamento financeiro	Suplementação
7	Descumprimento contratual	Média	Alto	Alto	Fiscal designado	Aplicação de



									penalidades
8	Problemas sanitários no local	Baixa	Alto	Médio	Vistorias periódicas				Interdição e correção
9	Acidentes com pacientes	Baixa	Alto	Médio	Seguro e normas de segurança	de			Acionamento de emergência
10	Extravio de documentos	Média	Médio	Médio	Controle administrativo				Segunda via
11	Aumento inesperado de custos	Média	Médio	Médio	Contrato com valor fixo mensal				Reequilíbrio econômico
12	Falta de profissionais de apoio	Média	Médio	Médio	Dimensionamento adequado				Substituição temporária
13	Problemas na prestação de contas	Média	Alto	Alto	Padronização documental				Ajuste imediato
14	Denúncias de irregularidades	Baixa	Alto	Médio	Transparência e ouvidoria				Apuração administrativa
15	Descontinuidade contratual	Baixa	Alto	Médio	Planejamento da prorrogação				Novo processo licitatório
16	Problemas estruturais no imóvel	Baixa	Alto	Médio	Laudo técnico				Reforma emergencial
17	Falta de acessibilidade	Baixa	Médio	Baixo	Adequação às normas				Adaptação estrutural
18	Falha na comunicação com hospitais	Média	Médio	Médio	Canal direto institucional				Contato imediato
19	Não comprovação da execução	Média	Alto	Alto	Relatórios mensais				Suspensão de pagamento
20	Pagamento indevido	Baixa	Alto	Médio	Controle interno				Glosa

21	Desvio de finalidade	Baixa	Alto	Médio	Autorização formal prévia	Processo administrativo
22	Problemas jurídicos trabalhistas	Média	Médio	Médio	Exigir regularidade fiscal	Retenção contratual
23	Cancelamento de consultas médicas	Média	Médio	Médio	Confirmação prévia	Reagendamento
24	Conflitos entre usuários	Baixa	Médio	Baixo	Regimento interno	Mediação
25	Falta de medicamentos durante estadia	Média	Alto	Alto	Controle de estoque	Compra emergencial
26	Transporte inadequado para pacientes especiais	Baixa	Alto	Médio	Veículo adaptado	Locação especializada
27	Ausência de fiscalização periódica	Baixa	Alto	Médio	Cronograma de fiscalização	Designação imediata
28	Falhas no controle de entrada e saída	Média	Médio	Médio	Registro diário	Auditoria interna
29	Mudança na legislação sanitária	Baixa	Médio	Baixo	Acompanhamento jurídico	Adequação contratual
30	Emergência sanitária inesperada	Média	Alto	Alto	Plano de contingência	Ação imediata integrada

Autorizado e Aprovado por:

Francisca Regiane Braz de Carvalho
Francisca Regiane Braz de Carvalho

Secretaria Municipal de Saúde

Portaria n° 2026.03.06

Icó-CE, 23 de Março de 2026.

